

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estado de S. Paulo Class.: 30

Data: 25/12/82 Pg.: _____

CNBB pede garantias para as terras indígenas

Da sucursal de
BRASÍLIA

A CNBB divulgou ontem o documento "Terra sim, Violência não", que denuncia as invasões de terras indígenas nos últimos anos. "A violência contra os povos indígenas — acentua o documento — está sempre ligada à sua terra. Sem terra garantida não há condições de sobrevivência para eles. Por isso, o extermínio físico de um povo e o etnocídio — seu extermínio cultural — estão diretamente ligados à invasão, cobiça e espoliação das terras indígenas."

O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, afirmou que o documento visa a reflexão sobre a violência contra os povos indígenas e despertar, à luz da fé, uma resposta de solidariedade em benefício dos fracos, dos povos espoliados e ameaçados de extermínio. "A ação de apoio é tanto mais necessária — acentuou o bispo — quando hoje constatamos situações como a que ocorre com os pataxós-ha-hamae, obrigados a migrar desnecessariamente por interesses alheios à sua cultura."

O documento, que será amplamente difundido pela CNBB até a Semana do Índio, em abril, afirma que a destruição física das comunidades indígenas não é a única forma de fazê-los desaparecer. "Forma bem mais sutil é o etnocídio, que destrói o modo de vida do índio, a sua organização social e a sua cosmovisão. O etnocídio é a destruição de um povo por dentro; é a destruição de sua alma, que acaba destruindo o seu corpo; é a destruição de sua cultura".

Ao defender a demarcação das terras indígenas, o documento afirma que ela representa a defesa fundamental do índio contra a violência da estrutura econômica e sócio-cultural brasileira. "A sociedade indígena se caracteriza como uma sociedade pacífica, defensiva e indefesa. A defesa de sua terra visa à autodeterminação dos povos e das nações indígenas dentro do território maior da sociedade nacional e das Américas".

"Demarcar a terra do índio — frisa

o documento — não quer dizer criar reservas ecológicas ou favorecer apartheid. A terra demarcada não vai isolar os índios do resto da sociedade nacional. Ninguém considera a fazenda titulada ou a pequena propriedade demarcada como um 'zoológico' ou um 'quilsto de atraso' dentro de território nacional".

Para a Igreja, "a prática de solidariedade não se confunde com um paternalismo assistencialista ou um protecionismo autoritário, nem com o abandono que, em nome de uma pretensa liberdade, entrega o povo indígena a si mesmo e ao seus inimigos".

"Reconhecido e demarcado o território indígena, os povos indígenas serão capazes de defender sua terra e sua cultura. Eles são capazes de escolher os elementos da cultura dominante que são úteis e compatíveis com seu modo de viver e de rejeitar aquilo que lhes for prejudicial."

Caxinauas matam e Funai investiga

Da sucursal de
BRASÍLIA

A Fundação Nacional do Índio e a Secretaria da Segurança do Acre estão investigando o assassinio do gerente do seringal Belmont, no município de Feijó, praticado esta semana por índios caxinauas. Segundo a Funai, o seringal encontra-se desativado há três anos e tinha como morador apenas o gerente, cuja identidade até ontem não havia sido divulgada. Sabe-se que é um homem considerado agressivo na região. O seringal situa-se dentro da área indígena, recentemente demarcada, e seu antigo proprietário abandonou o local, transferindo-se para Belém.

De acordo com a polícia de Feijó, o gerente do seringal, armado, invadiu a aldeia Paroá, habitada pelos caxinauas, e atirou em dois deles, que ficaram internados no hospital de Rio Branco. Após o ataque, os índios reagiram matando o gerente a tiros. Acredita-se que o motivo principal do conflito teria sido o fato de os indígenas terem matado um porco pertencente ao gerente do seringal.